

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Journal do Brasil*

Class.: 912

Data: 13.05.89

Pg.: _____

Fazendas são saqueadas em Boa Vista

BOA VISTA — As Fazendas Redenção e Brasileira, na região do Surumu, a norte de Boa Vista, foram invadidas, queimadas e saqueadas por índios caboclos, numa reação à violência policial que, na semana passada, os forçou a se retirar da área, em cumprimento a uma liminar da Justiça. Os donos dos imóveis, José Valentino e José Batista Rebouças, acusam missionários da Igreja Católica de terem incitado os indígenas a praticar o atentado, aumentando a tensão na região, que teve fazendas invadidas mais de 10 vezes, somente este ano.

O estado de completa destruição das duas propriedades comprova o ataque; pelo alcance dos danos, calcula-se que os agressores eram cerca de 70 homens. A devastação foi total. Grandes distâncias de cercas derrubadas, casas demolidas, currais incendiados e os animais soltos correndo nos pastos. Somente na Fazenda Redenção, 2 mil metros de cerca foram abaixo e as árvores foram cortadas a golpes de machado e queimadas.

Acusações — O criador de gado José Batista Rebouças acredita que os índios estão sendo manipulados e acha que há interesses estranhos buscando a ocupação das terras e a perturbação da ordem na região. "Nunca

houve nada que pudesse levar os caboclos a agir com tanta violência", acusa Rebouças.

Ele diz que os indígenas chegaram ao Surumu bem depois da colonização pelos brancos e sempre conviveram em paz com os fazendeiros: "Os ataques se sucederam e a tensão criou vida depois que os religiosos da Igreja Católica iniciaram suas pregações. Mas, o que vemos são ensinamentos que fogem ao idealismo da Igreja: os padres induzem os índios a provocar conflitos, sob o alibi de que as terras são suas."

José Valentino, o outro fazendeiro que teve a propriedade saqueada, acha que o verdadeiro motivo das invasões é o fato de não ter concordado em vender suas terras para missões evangélicas que atuam em Roraima. "Eles incitaram os caboclos a me destruir", queixa-se, afirmando que algumas missões se instalaram em área de sua fazenda.

O diretor da União Democrática Ruralista, José Luiz Zago, avisou que vai requerer que a Justiça responsabilize o governo brasileiro pelos danos. A UDR vai entrar com uma ação judicial no Fórum de Boa Vista, pedindo explicações da Igreja e cobrando mais segurança para os fazendeiros do estado.

Venezuelanos destroem máquinas

Só um acordo formal entre os governos brasileiro e venezuelano pode solucionar o problema criado na fronteira dos dois países pela invasão de três mil garimpeiros brasileiros às nascentes do Rio Orinoco. Não há mais brasileiros na região, mas estima-se que o prejuízo do grupo chega a US\$ 30 milhões, porque a Guarda Nacional da Venezuela, segundo denúncias dos garimpeiros, está destruindo os equipamentos e estoques de alimentos lá deixados. São mais de 600 pares de máquinas e jornalistas da agência de notícias inglesa Reuter disseram ter visto vários focos de incêndio ao sobrevoar o local onde está o equipamento.

De avião, helicóptero ou a pé, a maioria dos garimpeiros conseguiu chegar a Roraima, mas muitos permanecem próximos à fronteira na esperança de recuperar seus equipamentos. Segundo a brasileira Miriam Gonzalez, integrante do grupo de garimpeiros, alguns estão perdidos na mata e passando fome. Na manhã de quinta-feira, dois grupos chegaram a voltar a território venezuelano de helicóptero para dialogar com os soldados, apesar do país ter fechado seu espaço aéreo a aeronaves brasileiras. Quando

tentava pousar, entretanto, o piloto foi obrigado a arremeter para o lado brasileiro, ameaçado pelas metralhadoras dos guardas venezuelanos.

Ajuda da FAB — Inconformados com o prejuízo, os garimpeiros vão requisitar auxílio da FAB para retirar suas máquinas, já que o cônsul da Venezuela, em Boa Vista, Antonio Quintan, disse que a retirada depende apenas do governo brasileiro. Helicópteros das Forças Armadas da Venezuela continuam, porém, patrulhando a área e advertindo pilotos que sobrevoam a fronteira de que podem se expor a "castigos corporais".

O chanceler venezuelano Henrique Tajera comentou ontem que as negociações entre a missão diplomática enviada pelo Itamarati a Caracas e autoridades da Venezuela se encaminham para a retirada lenta do grupo que explorava ouro na região, ocupando uma faixa de 30 quilômetros na linha divisória.

Quanto à dúvida do território realmente pertencer à Venezuela, o chanceler disse que os marcos fincados na floresta amazônica se deterioraram, mas os montes Júlio Duarte e Delgado Chaulbald ainda servem como ponto de referência.

Serra Pelada impede retirada da polícia

BELÉM — As 50 mil famílias que moram no garimpo de Serra Pelada estão revoltadas com o governo federal pela decisão de retirar da cidade os 16 agentes e um delegado da Polícia Federal. Eles deveriam deixar o garimpo na quinta-feira passada, mas uma grande manifestação, comandada pelo vereador de Curionópolis, Garcia de Souza Paes e sua mulher Célia, que têm comércio e percentagens em barrancos de exploração de ouro, evitou que os policiais viajassem. Durante o dia, houve passeatas e discursos em frente ao prédio da Polícia Federal. A noite, os garimpeiros anunciaram que entrariam em greve de fome se os agentes partissem. Por isso, o delegado Anísio adiou a transferência para a próxima segunda-feira.

A ordem para que os policiais federais abandonassem Serra Pelada partiu da superintendência de Brasília, depois que a Caixa Econômica Federal também se retirou do garimpo, abrindo mão do monopólio para a compra do ouro na região. O presidente estadual da Caixa, Paulo Caldas, disse que já não compensava manter a agência de Serra Pelada porque os garimpeiros só estavam vendendo ao governo cerca de 5% da produção. O restante era desviado. Agora, compradores autônomos, credenciados pela Receita Federal, poderão competir pelo mercado e melhorar, inclusive, os preços atuais, já que a CEF não acompanhava o mercado internacional.

Apesar da reação dos garimpeiros, a Polícia Federal informou que as manifestações transcorriam em clima tranquilo. Os garimpeiros temem que a área seja ocupada por pistoleiros e assaltantes, já que a polícia civil e a PM foram expulsas de lá há três anos, acusadas de praticar extorsão e outros crimes.

Atualmente, o garimpo em Serra Pelada está vivendo apenas em função do reaproveitamento dos rejeitos, pois não há segurança na cava e a produção não chega a dois quilos de ouro por mês, segundo o DNPM.

Exército e DPF têm plano contra garimpo

MANAUS — O Exército e a Polícia Federal planejam retirar os 50 mil garimpeiros que exploram ilegalmente áreas minerais sem recolher tributos e não são organizados em empresa nacional conforme determina a Constituição, revelaram ontem em Manaus o general Thaumaturgo Sotero Vaz, chefe do Estado-Maior do CMA — Comando Militar da Amazônia (MA), e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), Romeu Tuma.

A operação que em março desalojou garimpeiros do Pico da Neblina, na fronteira do Brasil com a Venezuela, está sendo tomada como base para o planejamento dessa nova ação. Os obstáculos dessa vez são maiores, concordam o CMA e a Polícia Federal. As dificuldades começam por acordos firmados por índios para a exploração mineral de suas reservas e vão desembocar em algumas economias regionais, como a de Roraima, estruturadas nesse tipo de atividade. "Setenta por cento das operações da nossa economia são movimentadas diretamente pelos garimpos e qualquer mudança nesse setor precisa ser examinada sob todos os aspectos, sob pena de desestabilizar estados como o nosso", avisou ontem o governador Romero Jucá, de Roraima, ao tomar conhecimento da operação.

Romeu Tuma informou também que a Polícia Federal já começou a realizar operações para erradicar plantações de epádu na Amazônia, mediante sensoriamento por satélite. Convênio nesse sentido foi assinado pela Polícia Federal com o Instituto de Pesquisas Espaciais com recursos da Organização das Nações Unidas (ONU), destinados ao combate às drogas. Nos próximos cinco anos, segundo Tuma, a Polícia Federal receberá anualmente uma ajuda de US\$ 1 milhão da ONU.

Soldados expulsam sem violência 220 famílias de invasores em Sergipe

ARACAJU — Cerca de 200 soldados da Polícia Militar expulsaram as 220 famílias que ocuparam a fazenda Tingui, de 2.027 hectares, localizada nos municípios de Malhada e Santa Rosa de Lima, a 49 km de Aracaju. A ocupação aconteceu na madrugada de quinta-feira, sob a coordenação do Comitê de Apoio à Luta dos Trabalhadores Rurais. O governador Antônio Carlos Valadares (PFL) disse que não negocia com "invasores de terra" e determinou ao secretário da Segurança Pública, Fernando Matos, que cumprisse a lei.

Até a chegada da PM os trabalhadores se diziam dispostos a resistir, com seus instrumentos de trabalho, mas logo que viram os soldados, algumas famílias começaram a deixar a área. Após a prisão dos irmãos Damião e Daniel dos Santos, além da apreensão de espingardas de caça e facas, os demais ocupantes desistiram da resistência e saíram pacificamente da fazenda.

O governador Antônio Carlos Valadares disse que não negocia mais com os trabalhadores sem-terra porque foi traído no acordo que fez com a comissão que negociou a desapropriação da fazenda Cuiuri, no município de Pacatuba, a 116 km de Aracaju, e ocupada por 800 famílias em fevereiro. Na ocasião, Valadares se encarregou de conseguir junto ao governo federal a desapropriação da área, o que aconteceu no mês passado, mas o Comitê de Apoio à Luta dos Trabalhadores Rurais decidiu estimular a ocupação da fazenda Tingui, na quinta-feira.

A fazenda Tingui foi considerada pelo governo federal como área de interesse social para fins de reforma agrária, mas os proprietários recorreram à Justiça para impedir a desapropriação. "Não podemos fazer nada antes que o Poder Judiciário se manifeste sobre o assunto" disse o delegado do Incri, Manoel Hora.